



**SUL AMÉRICA INVESTIMENTOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E  
VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

**CNPJ: 32.206.435/0001-83**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**PERÍODO FINDO EM**

**30/06/2023**



## **SUL AMÉRICA INVESTIMENTOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

### **CONTEÚDO:**

- 1) RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO;
- 2) BALANÇOS PATRIMONIAIS;
- 3) DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS;
- 4) DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES;
- 5) DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA;
- 6) DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DOS PATRIMÔNIOS LÍQUIDOS;
- 7) NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS;
- 8) COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA E IDENTIFICAÇÃO DO CONTADOR; e
- 9) RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.

# SUL AMÉRICA INVESTIMENTOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

CNPJ/MF nº 32.206.435/0001-83

## RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.S. as demonstrações financeiras da Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Companhia"), relativas ao primeiro semestre do exercício social de 2023, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e incluem a legislação societária, as normas e instruções do BACEN e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que já tenham sido referendados pelo BACEN e estão sendo apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Adicionalmente, as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas conforme determinado pela Resolução BCB nº 2/2020 e Resolução CMN nº 4.818/2020, que entraram em vigor a partir de 01/01/2021.

### 1. Principais informações financeiras

R\$ milhões	1S23	1S22	Δ
Receita da intermediação financeira	5,6	3,8	49,1%
Outras receitas (despesas) operacionais	6,6	5,8	13,6%
Resultado antes da tributação sobre lucro e participações	12,2	9,6	27,5%
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>7,8</b>	<b>5,9</b>	<b>32,3%</b>

### 2. Comentário sobre o desempenho

A receita da intermediação financeira totalizou R\$5,6 milhões no primeiro semestre de 2023, crescimento de 49,1% frente ao mesmo período do ano anterior. Outras receitas e despesas operacionais apresentaram crescimento de 13,6% em relação ao primeiro semestre de 2022. Considerando estes desempenhos, o lucro líquido nos primeiros seis meses de 2023 foi de R\$7,8 milhões, 32,3% superior ao mesmo período de 2022.

### 3. Investimentos

Em 30/06/2023, a Companhia mantinha o saldo de investimentos de R\$8,6 milhões na Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A. (SAGA) e de R\$62,0 milhões na O10 Participações S.A.

### 4. Declaração sobre capital financeiro e ativos classificados na categoria "mantidos até o vencimento"

A Companhia não possui ativos classificados na categoria "mantidos até o vencimento".

## **5. Auditores Independentes**

Os auditores externos entendem que são independentes da Companhia e do grupo ao qual ela pertence e que não há qualquer contrato de serviços de não auditoria até o momento que quebre esta relação de independência, até mesmo por suas características “não recorrentes”.

## **6. Acordo de Acionistas**

A Companhia não é parte de acordo de acionistas.

São Paulo, 25 de agosto de 2023.

A ADMINISTRAÇÃO.

## Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais)

	Notas	30/06/2023	31/12/2022
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>	-	<b>98.917</b>	<b>93.681</b>
<b>Disponibilidades</b>	-	<b>130</b>	<b>541</b>
<b>Instrumentos financeiros</b>	-	<b>91.352</b>	<b>82.797</b>
Títulos e valores mobiliários	5	91.352	82.797
<b>Outros créditos</b>	-	<b>7.353</b>	<b>10.314</b>
Rendas a receber	6	3.580	5.053
Ativos fiscais correntes e diferidos	7	1.759	1.484
Diversos	-	2.014	3.777
<b>Outros bens e valores</b>	-	<b>82</b>	<b>29</b>
<b>Não circulante</b>	-	<b>79.179</b>	<b>77.030</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>	-	<b>8.187</b>	<b>7.389</b>
<b>Outros créditos</b>	-	<b>8.187</b>	<b>7.389</b>
Ativos fiscais correntes e diferidos	7	1.047	456
Depósitos judiciais	13	7.140	6.933
<b>Investimentos</b>	-	<b>70.634</b>	<b>69.198</b>
Investimentos em participações em coligadas e controladas	8	70.620	69.184
Outros investimentos	-	14	14
<b>Imobilizado</b>	-	<b>311</b>	<b>342</b>
Outras imobilizações de uso	-	728	715
(Depreciação acumulada)	-	(417)	(373)
<b>Intangível</b>	-	<b>47</b>	<b>101</b>
Ativos intangíveis	-	549	549
(Amortização acumulada)	-	(502)	(448)
<b>Total do ativo</b>		<b>178.096</b>	<b>170.711</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Balanços patrimoniais em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais)

	Notas	30/06/2023	31/12/2022
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>	-	<b>18.497</b>	<b>19.127</b>
<b>Outras obrigações</b>	-	<b>18.497</b>	<b>19.127</b>
Obrigações fiscais correntes	9	3.056	4.001
Provisões	10	4.673	4.771
Diversas	11	10.768	10.355
<b>Não circulante</b>	-	<b>3.027</b>	<b>2.775</b>
<b>Outras obrigações</b>	-	<b>3.027</b>	<b>2.775</b>
Provisões	10	2.872	2.775
Diversas	11	155	-
<b>Patrimônio líquido</b>	-	<b>156.572</b>	<b>148.809</b>
Capital social	14.1	137.875	137.875
Reservas de lucros	14.2	11.322	10.934
Lucros acumulados	-	7.375	-
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>178.096</b>	<b>170.711</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Demonstrações de resultados para os semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto onde mencionado)

	Notas	30/06/2023	30/06/2022
<b>Receita da intermediação financeira</b>	-	<b>5.609</b>	<b>3.762</b>
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	15	5.609	3.762
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>	-	<b>5.609</b>	<b>3.762</b>
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>	-	<b>6.605</b>	<b>5.814</b>
Receitas de prestação de serviços	16	18.663	18.959
Despesas de pessoal	17	(9.044)	(7.604)
Outras despesas administrativas	18	(7.508)	(8.210)
Despesas tributárias	-	(1.340)	(1.372)
Resultado de participação em coligadas e controladas	8	5.716	4.067
Outras receitas operacionais	19	219	261
Outras despesas operacionais	20	(101)	(287)
<b>Resultado operacional</b>	-	<b>12.214</b>	<b>9.576</b>
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações</b>	-	<b>12.214</b>	<b>9.576</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	-	<b>(2.839)</b>	<b>(3.072)</b>
Imposto de renda	21	(2.100)	(636)
Contribuição social	21	(1.307)	(402)
Ativo fiscal diferido	21	568	(2.034)
<b>Participações no lucro</b>	-	<b>(1.612)</b>	<b>(636)</b>
<b>Lucro líquido do semestre</b>	-	<b>7.763</b>	<b>5.868</b>
<b>Quantidade de ações</b>	-	<b>46.249.559</b>	<b>46.249.559</b>
<b>Lucro líquido por lote de mil ações - R\$</b>	-	<b>0,17</b>	<b>0,13</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes para os semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(em milhares de reais)

	Notas	30/06/2023	30/06/2022
<b>Lucro líquido do semestre</b>		<b>7.763</b>	<b>5.868</b>
<b>Itens que poderão ser reclassificados para o resultado:</b>			
Ganhos / (perdas), líquidos de perdas, não realizadas com ativos financeiros disponíveis para venda	22	-	365
Efeitos fiscais	22	-	(146)
<b>Componentes do resultado abrangente</b>		<b>-</b>	<b>219</b>
<b>Resultado abrangente</b>		<b>7.763</b>	<b>6.087</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**  
 Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022  
 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva estatutária	Total das reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
<b>Saldos em 01/01/2022</b>	<b>137.875</b>	<b>4.293</b>	<b>79</b>	<b>9.975</b>	<b>14.347</b>	<b>(219)</b>	<b>-</b>	<b>152.003</b>
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	219	-	219
<b>Lucro líquido do semestre</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5.868</b>	<b>5.868</b>
<b>Destinações:</b>								
Reserva legal	-	293	-	-	293	-	(293)	-
Dividendos intermediários pagos, conforme RCA de 27/05/2022 - R\$0,15 (em reais) por ação	-	-	-	(6.750)	(6.750)	-	-	(6.750)
<b>Saldos em 30/06/2022</b>	<b>137.875</b>	<b>4.586</b>	<b>79</b>	<b>3.225</b>	<b>7.890</b>	<b>-</b>	<b>5.575</b>	<b>151.340</b>
<b>Saldos em 01/01/2023</b>	<b>137.875</b>	<b>4.910</b>	<b>79</b>	<b>5.945</b>	<b>10.934</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>148.809</b>
<b>Lucro líquido do semestre</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>7.763</b>	<b>7.763</b>
<b>Destinações:</b>								
Reserva legal	-	388	-	-	388	-	(388)	-
<b>Saldos em 30/06/2023</b>	<b>137.875</b>	<b>5.298</b>	<b>79</b>	<b>5.945</b>	<b>11.322</b>	<b>-</b>	<b>7.375</b>	<b>156.572</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(em milhares de reais)

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
<b>Lucro líquido antes do imposto de renda, contribuição social e participação nos lucros</b>	<b>12.214</b>	<b>9.576</b>
<b>Mais</b>		
Depreciações e amortizações	2.556	2.555
Juros e variações monetárias de provisão para riscos fiscais e passivos de ações cíveis e trabalhistas	93	71
Incentivo de ações	-	353
Resultado negativo de equivalência patrimonial	664	6.429
<b>Menos</b>		
Juros e variações monetárias de depósitos judiciais	(205)	(163)
Juros e variações monetárias de impostos e contribuições a compensar	(3)	(50)
Resultado positivo de equivalência patrimonial	(6.380)	(10.496)
<b>Atividades operacionais</b>		
Variação de títulos e valores mobiliários	(8.555)	(18.162)
Variação de rendas a receber	1.473	1.755
Variação de outros créditos	898	345
Variação de outros valores e bens	(53)	(104)
Variação de outras obrigações - Fiscais correntes	364	(2.350)
Variação de outras obrigações - Provisões	(1.706)	(4.951)
Variação de outras obrigações - Diversas	(109)	(94)
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	2.486	22.689
Imposto de renda e contribuição social pagos	(4.148)	(651)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais</b>	<b>(411)</b>	<b>6.752</b>
<b>Atividades de investimento</b>		
<b>Pagamento pela compra:</b>		
Imobilizado	-	(3)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de investimento</b>	<b>-</b>	<b>(3)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>		
Pagamento de dividendos	-	(6.750)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento</b>	<b>-</b>	<b>(6.750)</b>
<b>Variação líquida do caixa</b>	<b>(411)</b>	<b>(1)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa - saldo inicial</b>	<b>541</b>	<b>49</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa - saldo final</b>	<b>130</b>	<b>48</b>
<b>Redução nas disponibilidades</b>	<b>(411)</b>	<b>(1)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 e para os semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022.

(Em milhares de reais, exceto onde mencionado)

### 1. Contexto operacional

A **Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.** denominada “Companhia” é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua dos Pinheiros, nº 1.673, 12º andar, Ala Norte, Sala II, Pinheiros, autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), tendo como principais objetivos a administração de recursos de terceiros, administração de fundos de investimento, prestação de serviços de consultoria e assessoria financeira e serviços relacionados com o mercado de capitais e tem como acionista a Sul América Companhia de Seguro Saúde (CIA. SAÚDE), que detém 49% da participação, e a controladora direta EMABE Participações S.A. (Emabe), sociedade holding de controle dos antigos controladores do Grupo SulAmérica, por meio do usufruto de 51% das ações ordinárias instituído pela CIA SAÚDE.

#### 1.1. Associação SulAmérica e Rede D’Or

Em 2022, a Sul América S.A. (SASA) (controladora indireta da Companhia) e a Rede D’Or São Luiz S.A. (Rede D’Or) informaram aos seus respectivos acionistas e ao mercado em geral que celebraram Acordo de Associação e Instrumento de Protocolo e Justificação de Incorporação da SASA pela Rede D’Or (Protocolo e Justificação), por meio dos quais acordaram os termos e condições de uma operação de combinação de negócios entre as duas companhias, com a unificação de suas bases acionárias, por meio da incorporação da SASA pela Rede D’Or, (Operação).

A Operação estava sujeita a condições precedentes previstas em contrato e às aprovações das Assembleias Gerais das duas companhias e seus órgãos reguladores competentes, tendo sido aprovada em 2022 pelas Assembleias Gerais da SASA e da Rede D’Or, pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), pela Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Em 20/12/2022, os Conselhos de Administração de ambas as companhias se reuniram e, diante do (i) implemento das condições precedentes aplicáveis, e (ii) da aprovação do Conselho de Administração da SASA de constituição pela CIA. SAÚDE de usufruto sobre os direitos de voto de 51% das ações ordinárias de emissão da Companhia em favor da Emabe, com vigência atrelada à obtenção da aprovação da Operação pelo BACEN, autorizaram a imediata consumação da Operação.

Uma vez implementada e concluída a Operação, portanto, os Acionistas SASA migraram para a base acionária da Rede D’Or, que segue como uma companhia aberta listada no Novo Mercado da B3 – Bolsa, Brasil, Balcão. A Rede D’Or, por sua vez, assumiu o controle em 23/12/2022 das sociedades atualmente controladas, direta ou indiretamente, pela SASA.

### 2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e incluem a legislação societária, as normas e instruções do BACEN e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que já tenham sido referendados pelo BACEN e estão sendo apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Adicionalmente, as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas conforme determinado pela Resolução BCB nº 2/2020 e Resolução CMN nº 4.818/2020, que entraram em vigor a partir 01/01/2021.

O Conselho de Administração aprovou a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 25/08/2023.

## 3. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

### 3.1. Resumo das práticas contábeis

As práticas contábeis mais relevantes adotadas são:

- O resultado das operações é apurado pelo regime de competência;
- Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente;
- Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contrato; e
- Os créditos tributários não são ajustados a valor presente.

### 3.2. Ativos financeiros circulantes e realizáveis a longo prazo

#### 3.2.1. Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os títulos e valores mobiliários para negociação adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Rendimentos, valorizações e desvalorizações desses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado.

Certos títulos e valores mobiliários podem ser classificados nessa categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, considerando-se a estratégia de investimentos e de acordo com a gestão de riscos documentada.

Em 30/06/2023 e 31/12/2022, a Companhia não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

#### 3.2.2. Recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados pelas contas a receber, mensurados inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos das transações. Esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável.

### 3.3. Investimentos – participações societárias

Reconhecidos inicialmente pelo valor justo, ajustado pela redução ao valor recuperável, combinado com o fato que as participações acionárias em coligadas e controladas subsequentemente são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

### 3.4. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e diferidos são constituídas pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras.

O reconhecimento de imposto de renda e de contribuição social diferidos no ativo é estabelecido levando-se em consideração as expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos em até 5 anos.

Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando a Companhia tem direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos, e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

### 3.5. Provisões para ações judiciais

A Companhia constitui provisões para suprir desembolsos futuros oriundos de processos judiciais cíveis, trabalhistas ou processos judiciais de natureza fiscal. Os valores são constituídos a partir de análise individualizada do valor estimado de perda e da classificação do grau de risco (provável, possível ou remoto), realizada pelos consultores legais independentes, acompanhada pelo Departamento Jurídico interno e pela Administração da Companhia.

### 3.5.1. Cíveis e trabalhistas

No caso dos processos judiciais cíveis, cujas causas são consideradas semelhantes e usuais, isto é, aqueles processos judiciais cujo autor é cliente da Companhia e cujo pedido é recorrente e relacionado ao negócio, adicionalmente à estimativa do valor e classificação do grau de risco, os valores de provisão são constituídos tendo como base a aplicação de percentuais estatísticos calculados a partir da análise dos valores despendidos com os processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. O cálculo leva em consideração, ainda, a natureza dos processos, a respectiva estimativa de probabilidade de perda e o desembolso financeiro.

Caso o processo judicial cível seja classificado como especial, ou seja, possuir pedidos e valores não usuais, de acordo com as regras estabelecidas na Política de Processos Especiais da Companhia, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 100% da estimativa feita, sendo mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais. Ressalta-se que, dada a individualidade e particularidade destas ações, não é possível basear as provisões nos valores já dispendidos em outros casos.

A partir de outubro de 2017, todos os processos trabalhistas passaram a ser classificados como especiais em razão da realização de acompanhamento diferenciado e minucioso de cada processo, portanto, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 100% da estimativa feita, mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais, por pedido.

Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais. Os processos cíveis são atualizados mensalmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), com incidência de juros de 10,65% ao ano (10,58% em 31/12/2022). Já os processos trabalhistas são atualizados considerando o índice de correção monetária individualizado por processo, de acordo com as regras de modulação estabelecidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Neste caso, os processos podem ser atualizados apenas pela Taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), ou pelos índices Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) ou Taxa Referencial (TR), com incidência de juros de 10,65% ao ano (10,58% em 31/12/2022). Os processos previdenciários, por sua vez, são atualizados apenas pela SELIC.

As provisões para processos judiciais e os honorários de sucumbência, referentes às causas de natureza cível, assim como as trabalhistas, estão contabilizados no passivo não circulante na rubrica “Outras obrigações - provisões”.

Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados no ativo não circulante, em rubrica própria, e são atualizados monetariamente pela TR e juros de 6% ao ano, para os depósitos judiciais cíveis e trabalhistas, pela SELIC para os depósitos previdenciários, conforme legislação vigente.

### 3.5.2. Fiscais

As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pela SELIC, conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos consultores legais independentes e da Administração sobre o provável resultado dos processos judiciais. As provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado. Os valores referentes aos questionamentos relativos à ilegalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal são provisionados independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito e, por isso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, na rubrica de “Outras obrigações - provisões”, no não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados em rubrica própria, no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela SELIC, conforme legislação vigente.

## 3.6. Benefícios a empregados

Os benefícios compreendem o Plano de Contribuição Definida, por intermédio do Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL), seguro saúde e seguro de vida.

Os custos com o PGBL são reconhecidos nos resultados pelo valor das contribuições efetuadas. Os compromissos com seguro saúde e seguro de vida são provisionados pelo regime de competência, com base em cálculos atuariais, de acordo com o Método da Unidade de Crédito Projetada e outras premissas atuariais.

## 3.7. Dividendos

Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. O Conselho de Administração, ao se manifestar sobre as demonstrações financeiras, apresenta à Assembleia Geral a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos declarados pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras.

### 3.8. Estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para instituições financeiras requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e utilize premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o registro dos ativos e passivos, as receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos passivos relacionados ao valor do desembolso provável refletidos na provisão para ações judiciais e a apuração do valor justo dos instrumentos financeiros e realização de créditos tributários.

Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos, que porventura surjam são efetuados no resultado do período em que as revisões ocorrem.

Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas notas explicativas de títulos e valores mobiliários (nota 5), créditos tributários de impostos e contribuições (nota 7.2) e provisões para ações judiciais (nota 13).

### 3.9. Depósitos judiciais e fiscais

Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo realizável a longo prazo e os rendimentos e as atualizações monetárias sobre esse ativo são reconhecidos no resultado.

### 3.10. Normas e interpretações novas e revisadas

#### 3.10.1. Normas Internacionais (IFRS) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

**Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeitos ou os efeitos não foram materiais sobre as demonstrações financeiras.**

- Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao IAS 1) – Em vigor a partir de 01/01/2023;
- Políticas contábeis, mudanças nas estimativas contábeis e erros (alterações ao IAS 8) – Em vigor a partir de 01/01/2023;
- Divulgação de políticas contábeis e apresentação das demonstrações financeiras (alterações ao IAS 1) – Em vigor a partir de 01/01/2023; e
- Tributos diferidos relacionados a ativos e passivos (alterações ao IAS 12) – Em vigor a partir de 01/01/2023.

**Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não efetivas em 30 de junho de 2023 e não adotadas de forma antecipada pela Companhia.**

Uma série de novas normas estará efetiva para exercícios iniciados após 30 de junho de 2023 e não deverão ter um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia ou não são aplicáveis às suas operações:

- Resolução CMN nº 4.975 de 16/12/2021 – Dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN - Em vigor a partir de 01/01/2025; e
- Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021 – Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN – Em vigor a partir de 01/01/2022, em relação ao art. 24, aos arts. 76 a 78 e ao inciso XIX do art. 80, e a partir de 01/01/2025 em relação aos demais dispositivos.

**Adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021 (IFRS 09) em 1º de janeiro de 2025.**

A Resolução CMN nº 4.966, de 25/11/2021, dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no COSIF em relação aos padrões internacionais.

A maioria dos dispositivos da nova Resolução entrará em vigor em 1º de janeiro de 2025, com algumas ações de implantação e reportes a partir de 1º de janeiro de 2022. A Companhia já iniciou as avaliações de impacto e alterações necessárias para atender sua implementação e sobre a identificação e tratamento dos impactos esperados, os quais serão objeto de divulgação específica nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024, conforme requerido pelo art. 76 dessa Resolução.

A Companhia está avaliando internamente as alterações que a nova Resolução traz e projetou a implementação ao longo dos anos de 2022, 2023 e 2024, estando aptas para aplicação a partir de 1º de janeiro de 2025. Abaixo o resumo referente ao plano para a implementação da regulamentação contábil preparado pela Companhia, que foi aprovado pelo Conselho de Administração, em 27/05/2022, o qual ficou à disposição do BACEN até 31 de dezembro de 2022 conforme a Resolução CMN nº 5.019/2022.

Durante 2022, a Companhia efetuou as seguintes atividades dentro do alcance da nova Resolução para a primeira fase de implementação: elaboração e aprovação dos modelos de negócio da Companhia para gestão de ativos financeiros; implementação do teste de SPPI (*Solely Payment of Principal and Interest*), que é um conceito novo trazido pela norma; modelagem de *Impairment*, de acordo com a nova Resolução, nos ativos financeiros e nas contas a receber da Companhia; adequações e atualizações na parametrização contábil dos sistemas; avaliação dos impactos nas demonstrações financeiras; e avaliação dos impactos junto à área de riscos corporativos da Companhia e a outras normas do BACEN.

Considerando as implementações acima, a Companhia realizou uma avaliação inicial do potencial impacto da adoção da Resolução em suas operações e demonstrações financeiras e não identificou impactos significativos até o momento, considerando que as práticas contábeis adotadas pela Companhia já se encontravam, substancialmente, consistentes com os requerimentos pela nova Resolução.

No decorrer dos próximos anos, até a data de entrada em vigor da norma, a Companhia trabalhará com o plano de implementação, considerando as seguintes atividades: conclusão dos ajustes na parametrização contábil; e revisão dos possíveis impactos da implementação.

O CPC ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS, assim como o BACEN, não aprovou todos os pronunciamentos já emitidos pelo CPC. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

## 4. Gerenciamento de riscos

O processo de gestão de riscos (“Enterprise Risk Management – ERM”) da Companhia tem como finalidade suportar o alcance dos objetivos estratégicos da organização. Este procedimento tem como base identificar potenciais eventos que possam afetar os resultados esperados para os próximos períodos e gerenciar tais riscos garantindo capital adequado para sustentar as operações em cenários inesperados, de acordo com o apetite a riscos vigentes.

Este processo é executado em fases integradas e contínuas descritas da seguinte forma:

- **Identificação dos riscos**

Processo de identificação e priorização dos riscos que possam afetar os resultados de curto ou longo prazo estabelecidos.

- **Quantificação dos riscos**

Os riscos são quantificados através de modelagens específicas envolvendo a probabilidade de ocorrência e seus possíveis impactos.

- **Resposta aos riscos**

De acordo com os resultados do processo de quantificação e alinhado com o apetite a riscos vigentes, são elaborados planos de ação de resposta aos riscos.

- **Monitoramento e reporte**

As informações de cada risco e os respectivos planos de ação de resposta são monitorados e gerenciados através de indicadores e relatórios elaborados pela área de riscos corporativos, a qual os reporta à Unidade de Negócio e ao Conselho de Administração, ou sempre que julgar necessário.

Adicionalmente, a Companhia apura a suficiência do Patrimônio de Referência em relação ao Patrimônio de Referência Exigido, requerido mensalmente pelo regulador.

O Apetite a Riscos tem por objetivo criar fronteiras para assunção dos riscos pela Companhia, levando em consideração suas preferências, tolerâncias e limites.

A área de controles internos da Companhia tem a função de realizar avaliações contínuas, através de testes de eficácia, para se certificar da presença e do funcionamento dos controles.

O programa de gestão de riscos está estruturado sob o conceito de linhas de atividades diretas na Gestão de Riscos, conforme melhores práticas internacionais, nomeado como Modelo das Três Linhas. Segundo o IIA (The Institute of Internal Auditors), o Modelo de Três Linhas ajuda as organizações a identificar estruturas e processos que melhor auxiliam no atingimento dos objetivos e facilitam uma forte governança e gerenciamento de riscos. Este conceito considera que a primeira gestão de cada risco (1ª linha) é iniciada com os tomadores do risco, aqueles que optam por evitar ou aceitar o risco de forma primária. Após a primeira gestão do risco, são estabelecidos processos independentes para monitoramento dos controles internos estabelecidos pela 1ª linha. Esta segunda gestão do risco (2ª linha) retroalimenta então o processo de primeira gestão estabelecendo avaliações independentes e complementares sobre os riscos e controles gerenciados pela primeira linha. Após a atuação da primeira linha, o objetivo da segunda linha é identificar e quantificar os riscos, juntamente com seus respectivos controles, que poderão produzir desvios nos resultados dos negócios. Responsável também por estabelecer uma visão holística sobre o tema, devendo produzir alinhamento e integração entre as metodologias de gestão de riscos utilizadas em cada uma das operações da Companhia. Por último, há uma verificação independente realizada pela auditoria interna da primeira e segunda gestão dos riscos, de forma a garantir que todo o processo foi cumprido em todas as suas etapas de forma satisfatória (3ª linha).

O processo de ERM compreende todos os tipos de riscos corporativos aos quais a Companhia está exposta, incluindo os riscos sociais, ambientais e climáticos. As seguintes categorias integram o ERM: riscos de mercado, riscos de crédito, riscos operacionais, e legais.

As análises e informações contidas nas próximas seções objetivam apresentar resumidamente o processo de gerenciamento de cada categoria de risco, explicitando como cada uma das categorias impacta nos negócios da Companhia e os procedimentos adotados para o controle e mitigação dos mesmos.

## 4.1. Riscos de mercado

Os riscos de mercado são decorrentes da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de oscilações macroeconômicas que venham a impactar o valor dos ativos ou passivos da organização de maneiras distintas.

A gestão dos investimentos da Companhia é realizada através de política específica. Esta política estabelece e descreve as diretrizes estratégicas que devem ser observadas na gestão dos ativos financeiros, incluindo limites, restrições e regras de diversificação visando que a alocação busque um volume de rentabilidade apropriado e assegure a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações. Como determinações desta política, constam alguns critérios dos quais a gestão de cada carteira deve contemplar, dentre eles:

- Metas de rentabilidade;
- Limites de risco;
- Prazos máximos para alocação dos ativos; e
- Liquidez mínima exigida.

Permanentemente, a área de Investimentos, faz o acompanhamento da alocação e desempenho dos ativos com base nas suas estratégias de forma a possibilitar revisão e rebalanceamento periódicos.

O VaR (Value at Risk) e Teste de Estresse (Stress Test) são apurados na carteira de investimentos para observar se a estratégia adotada está dentro do Apetite a Risco de mercado estabelecido. Os limites de VaR e do Teste de Estresse são revisados anualmente e definidos conforme Apetite a Riscos da Companhia, de acordo com a Política de Investimentos

## 4.2. Riscos de crédito

Os riscos de crédito estão relacionados com a possibilidade de devedores deixarem de cumprir um contrato ou deixarem de cumpri-los nos termos em que foi acordado.

Os limites relativos às aplicações financeiras são estabelecidos através de um Comitê de Crédito que se reúne mensalmente, podendo haver convocações extraordinárias quando necessário.

A composição da carteira da Companhia é segmentada em Letra Financeira do Tesouro (LFT) e cotas de fundo de investimentos administradas por instituição de primeira linha, não pertencente ao grupo.

Vale ressaltar que a Companhia não investe diretamente em crédito privado, tendo alocado sua carteira em títulos públicos e fundos classificados como renda fixa.

A carteira é composta de investimentos de baixo risco e de curto prazo, investidos em quase sua totalidade em títulos públicos federais e fundos com perfil semelhante, caracterizando, desta forma, um perfil conservador e de alta liquidez, classificando como insignificante os riscos de crédito e mercado.

### 4.3. Riscos operacionais

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou eventos externos que possam causar danos à Companhia.

O gerenciamento do risco operacional é um processo de aprimoramento contínuo, de maneira a acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade das operações.

Neste sentido, a Ouvidoria da Companhia desempenha um papel importante na busca pela excelência operacional. Esta compõe a segunda linha da organização, contribuindo para maior proximidade com os clientes, apurando os fatos, realinhando estratégias e criando soluções para que a experiência do cliente seja positiva.

A gestão dos riscos operacionais é realizada em linha com o processo de ERM da Companhia com foco na identificação, avaliação dos riscos e controles e na resposta aos riscos que violem o apetite a risco definidos pelo Conselho de Administração.

Além disso, a área de Controles Internos dá suporte ao processo de ERM ao realizar testes de aderência dos controles relacionados aos riscos operacionais.

O processo de identificação de riscos operacionais e seus respectivos controles é realizado em reuniões com os pontos focais de cada processo. Após o processo de identificação dos riscos operacionais, é realizada avaliação qualitativa desses riscos além das avaliações dos seus respectivos mitigadores, incluindo testes de controle dos riscos classificados como médio e alto. Esta metodologia também contempla avaliação financeira dos riscos identificados, sempre que possível, utilizando-se os dados constantes nas bases de dados da Companhia.

Utilizando-se as avaliações qualitativa e quantitativa dos riscos, classificam-se todos os riscos operacionais em risco alto, risco médio e risco baixo.

### 4.4. Riscos legais e compliance

Consistem nos riscos de perdas resultantes do não cumprimento de leis e/ou regulamentações. O risco legal pode ser decorrente de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais.

#### 4.4.1. Gestão dos riscos legais

Com uma visão corporativa, o departamento jurídico da organização, junto com seus prestadores de serviço, realiza a revisão em todos os contratos firmados pela Companhia a fim de mitigar o risco legal de contratos, além de fornecer todo o subsídio para os processos judiciais da organização. A área jurídica atua também contribuindo com projetos para melhoria de gestão das causas judiciais além de sugestões de como evitar riscos legais nas operações.

#### 4.4.2. Gestão dos riscos de compliance

A Companhia possui uma estrutura de compliance, a fim de adequar as suas atividades às determinações dos órgãos reguladores e fiscalizadores, mediante elevados padrões de integridade, excelência ética e aderência à legislação e normas internas.

O objetivo desta estrutura é agir com imparcialidade na gestão e monitoramento do risco de compliance, contribuindo para o cumprimento das leis e regulamentação aplicáveis aos negócios, por meio da conscientização de conduta legal, ética e transparente, que favoreça os interesses de empregados, clientes, acionistas e parceiros, bem como que previna e detecte violações as leis e regulamentação através da identificação e gestão do risco de compliance, assim como facilite a defesa das posições relativas à compliance da organização perante os órgãos reguladores.

### 4.5. Análise de sensibilidade

A tabela a seguir apresenta a análise de sensibilidade de variação da receita, obtida através da taxa dos fundos de investimentos sob Administração da Companhia. A análise foi aplicada sobre o PL sob administração do mês atual, desconsiderando dupla contagens e uma estimativa de taxa de administração média anual.

Foram consideradas três hipóteses, “provável”; “remoto”; e “improvável”, aplicados sobre a condição de perda de PL sob AUM (Asset Under Management).

As hipóteses consideradas contemplam reduções de -3%, -6% e -9% no PL.

	30/06/2023					30/06/2022				
	% de Queda	Perda Esperada	Estimativa de Receita	<> Receita		% de Queda	Perda Esperada	Estimativa de Receita	<> Receita	
Provável	3%	(3.036)	98.163	-3%		3%	(2.970)	96.019	-3%	
Remoto	6%	(6.072)	95.127	-6%		6%	(5.939)	93.050	-6%	
Improvável	9%	(9.108)	92.091	-9%		9%	(8.909)	90.080	-9%	

## 4.6. Gestão dos riscos sociais, ambientais e climáticos

Ademais das categorias previamente mencionadas, a Companhia inclui em seu sistema de gerenciamento de riscos o risco social, o risco ambiental e o risco climático. Estes riscos podem ser materializados em quaisquer das categorias previamente mencionadas. A Companhia considera a incorporação destes riscos nos processos de gerenciamento de acordo com a materialidade do impacto para o negócio.

O risco social é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos a interesse comum.

O risco ambiental como a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais.

O risco climático é definido em duas vertentes: a) o risco climático de transição, possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono; e b) o risco climático físico, possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos.

## 4.7. Gestão de capital

A Companhia monitora e reporta à sua administração mensalmente sua solvência através de relatórios gerenciais, indicando quando necessário a adequação de capital. Como avaliação dos possíveis impactos em capital, são realizados testes de estresse com o objetivo de simular eventos severos e condições extremas de mercado.

O BACEN, por meio do Regulamento Anexo II à Resolução nº 2.099, de 17/08/1994, com a redação dada pela Resolução nº 2.607, de 27/05/1999, regulou os critérios de apuração dos limites mínimos de patrimônio líquido compatíveis com o grau de risco da estrutura dos ativos (Acordo de Basileia) e limites máximos de diversificação de risco e de aplicação de recursos no ativo não circulante (imobilizado) e por meio das Resoluções nº 4.192 e nº 4.193, de 01/03/2013 e alterações posteriores, regulou os critérios para a apuração do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) bem como os procedimentos para o cálculo da parcela referente ao Risco Operacional. A Companhia optou pela abordagem do indicador básico e está enquadrada nos referidos limites das resoluções supracitadas.

A tabela, abaixo, demonstra a aderência do Patrimônio da Companhia ao capital regulatório exigido.

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Patrimônio de referência	105.159	93.932
Patrimônio de referência exigido	10.885	10.965
Margem limite de compatibilização	94.274	82.967

## 5. Títulos e valores mobiliários

Descrição	30/06/2023		
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil	Total
<b>Cotas de fundos de investimentos</b>	<b>91.352</b>	<b>91.352</b>	<b>91.352</b>
Cotas de fundos de investimento não exclusivos	91.352	91.352	91.352
<b>Subtotal</b>	<b>91.352</b>	<b>91.352</b>	<b>91.352</b>
<b>Percentual total - contábil</b>		<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>
<b>Total</b>			<b>91.352</b>
<b>Circulante</b>			<b>91.352</b>

  

Descrição	31/12/2022		
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil	Total
<b>Cotas de fundos de investimentos</b>	<b>82.797</b>	<b>82.797</b>	<b>82.797</b>
Cotas de fundos de investimento não exclusivos	82.797	82.797	82.797
<b>Subtotal</b>	<b>82.797</b>	<b>82.797</b>	<b>82.797</b>
<b>Percentual total - contábil</b>		<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>
<b>Total</b>			<b>82.797</b>
<b>Circulante</b>			<b>82.797</b>

Tendo em vista a composição do portfólio de investimento da Companhia, não há exposição à riscos atrelados a liquidez dos ativos.

## 5.1. Análise de sensibilidade das aplicações

As métricas de risco utilizadas na elaboração das análises de sensibilidade das aplicações financeiras são:

- A metodologia de Value at Risk (VaR) paramétrico utilizando nível de confiança de 95% e ponderação maior para os retornos mais recentes. O conceito de VaR tem como objetivo quantificar qual a perda esperada em um prazo específico dentro de um intervalo de confiança. É denominado VaR paramétrico por utilizar dois parâmetros para ser quantificado: volatilidade e correlação. São avaliados também os prazos de maturidade e duration nos quais cada ativo pode estar alocado. Diariamente, a carteira de investimentos é monitorada visando garantir que os limites e enquadramentos definidos sejam respeitados; e
- DV01 (dollar-value ou value for one basis-point), que é uma forma conveniente e amplamente utilizada de se mensurar o risco de mercado dos ativos de renda fixa, verificando o quanto seu valor de mercado se altera ( $\Delta P$ ) na oscilação de um basis-point (ou seja, 0,01%) na taxa de juros. Para a apuração dos valores para renda variável, considera-se a variação de 1% na posição.

Em 30/06/2023 e 31/12/2022, o cálculo do ganho ou perda esperada em um dia no resultado e no patrimônio líquido através da metodologia VaR e da metodologia DV01, tem efeito zero.

## 5.2. Critérios adotados na determinação dos valores de mercado

Os ativos mantidos em carteira são avaliados a valor de mercado, utilizando-se preços negociados em mercados ativos e índices divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3).

Os instrumentos financeiros foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração a valor de mercado, sendo:

### Nível 2:

Informações, exceto os preços cotados (incluídos no Nível 1), que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

### Nível 2

#### Cotas de fundos de investimentos

Calculados de acordo com os critérios de marcação a mercado, estabelecidos pelo administrador de cada fundo, sintetizados no valor da cota divulgada.

Descrição	30/06/2023	
	Nível 2	Total
<b>Ativos financeiros</b>		
Títulos para negociação	91.352	91.352
<b>Total</b>	<b>91.352</b>	<b>91.352</b>

Descrição	31/12/2022	
	Nível 2	Total
<b>Ativos financeiros</b>		
Títulos para negociação	82.797	82.797
<b>Total</b>	<b>82.797</b>	<b>82.797</b>

## 6. Outros créditos – rendas a receber

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Taxa de administração - fundos	2.909	2.313
Taxa de performance - fundos	282	2.239
Carteira administrada	389	501
<b>Total</b>	<b>3.580</b>	<b>5.053</b>

## 7. Créditos tributários e previdenciários e tributos diferidos

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Impostos e contribuições a compensar (nota 7.1)	1.959	1.659
Créditos tributários (nota 7.2)	2.119	1.471
Débitos tributários (nota 7.2)	(1.272)	(1.190)
<b>Total</b>	<b>2.806</b>	<b>1.940</b>
<b>Circulante</b>	<b>1.759</b>	<b>1.484</b>
<b>Não circulante</b>	<b>1.047</b>	<b>456</b>

### 7.1. Impostos e contribuições a compensar

Descrição	Saldo em 01/01/2022	Adição	Atualização monetária	Baixa / Compensação	Saldo em 31/12/2022
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	354	606	66	(867)	159
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSLL	442	348	41	(549)	282
Programa de Integração Social - PIS	157	42	-	(3)	196
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	843	193	-	(14)	1.022
<b>Total</b>	<b>1.796</b>	<b>1.189</b>	<b>107</b>	<b>(1.433)</b>	<b>1.659</b>
<b>Circulante</b>					<b>1.484</b>
<b>Não circulante</b>					<b>175</b>

Descrição	Saldo em 31/12/2022	Adição	Atualização monetária	Baixa / Compensação	Saldo em 30/06/2023
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	159	42	1	(7)	195
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSLL	282	49	2	-	333
Programa de Integração Social - PIS	196	18	-	-	214
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	1.022	195	-	-	1.217
<b>Total</b>	<b>1.659</b>	<b>304</b>	<b>3</b>	<b>(7)</b>	<b>1.959</b>
<b>Circulante</b>					<b>1.758</b>
<b>Não circulante</b>					<b>201</b>

### 7.2. Créditos tributários de impostos e contribuições

Em 30/06/2023 e 31/12/2022, os créditos tributários são compostos da seguinte forma:

Descrição	Saldo em 01/01/2022	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2022
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	1.006	37	(74)	969
Provisões	1.200	232	(1.068)	364
Perda com ajuste a valor de mercado	146	-	(146)	-
Participações nos lucros	1.437	68	(1.367)	138
<b>Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias</b>	<b>3.789</b>	<b>337</b>	<b>(2.655)</b>	<b>1.471</b>
<b>Total dos créditos tributários</b>	<b>3.789</b>	<b>337</b>	<b>(2.655)</b>	<b>1.471</b>
Atualizações de depósitos judiciais	(1.044)	(146)	-	(1.190)
<b>Total dos débitos tributários</b>	<b>(1.044)</b>	<b>(146)</b>	<b>-</b>	<b>(1.190)</b>
<b>Total</b>	<b>2.745</b>	<b>191</b>	<b>(2.655)</b>	<b>281</b>

Descrição	Saldo em 31/12/2022	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2023
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	969	39	-	1.008
Provisões	364	254	(230)	388
Participações nos lucros	138	723	(138)	723
<b>Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias</b>	<b>1.471</b>	<b>1.016</b>	<b>(368)</b>	<b>2.119</b>
<b>Total dos créditos tributários</b>	<b>1.471</b>	<b>1.016</b>	<b>(368)</b>	<b>2.119</b>
Atualizações de depósitos judiciais	(1.190)	(82)	-	(1.272)
<b>Total dos débitos tributários</b>	<b>(1.190)</b>	<b>(82)</b>	<b>-</b>	<b>(1.272)</b>
<b>Total</b>	<b>281</b>	<b>934</b>	<b>(368)</b>	<b>847</b>

As realizações dos créditos tributários de diferenças temporárias relacionadas, principalmente, às provisões para ações judiciais e obrigações fiscais, dependem de decisão definitiva e da data de encerramento desses litígios. De qualquer forma, os orçamentos de resultados futuros aprovados pela Administração da Companhia, comportam integralmente a realização dos créditos tributários constituídos sobre as diferenças temporárias e possuem expectativa de realização em até 5 anos.

O valor presente dos créditos tributários detidos pela Companhia, considerando as respectivas datas de realizações destes créditos, projetadas de acordo com o estudo de rentabilidade futura aprovado pela Administração da Companhia é de R\$1.212.

Os valores apresentados no quadro abaixo representam os créditos tributários não registrados contabilmente, em sua maioria composta por amortizações de ágio em investimentos, em função da ausência de perspectiva de realização dos montantes amortizados.

Descrição	Base	Ativo fiscal diferido não reconhecido
Diferenças temporárias - IRPJ	16.628	4.157
Diferenças temporárias - CSLL	16.668	2.500
<b>Total</b>	<b>33.296</b>	<b>6.657</b>

## 8. Investimentos

As principais movimentações no investimento até 30/06/2023 foram:

Descrição	Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A.		Total
	O10 Participações S.A.		
<b>Saldo em 01/01/2022</b>	<b>15.747</b>	<b>69.733</b>	<b>85.480</b>
Amortização do ágio e mais valia	-	(4.914)	(4.914)
Equivalência patrimonial (a)	17.643	(10.282)	7.361
Dividendos adicionais propostos	(12.899)	-	(12.899)
Dividendos intermediários	(15.750)	-	(15.750)
Transferência para passivo a descoberto (b)	-	9.906	9.906
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>4.741</b>	<b>64.443</b>	<b>69.184</b>
Amortização do ágio e mais valia	-	(2.459)	(2.459)
Equivalência patrimonial (a)	6.380	(664)	5.716
Dividendos adicionais propostos	(2.487)	-	(2.487)
Transferência para passivo a descoberto (b)	-	666	666
<b>Saldo em 30/06/2023</b>	<b>8.634</b>	<b>61.986</b>	<b>70.620</b>

(a) A equivalência patrimonial da O10 Participações S.A. está sendo contabilizada com um mês de defasagem; e

(b) O montante de R\$10.572 relativo ao passivo a descoberto da O10 Participações S.A., está registrado na rubrica "Outras obrigações - Diversas".

30/06/2023

Descrição	Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A.		Total
	O10 Participações S.A.		
Ativo	21.023	46.545	
Passivo	11.429	88.832	
Patrimônio líquido	9.594	(42.287)	
Receita líquida (b)	25.829	2.185	
Lucro / (prejuízo) líquido do período	7.088	(4.789)	
Percentual de participação (%)	90%	25%	
<b>Valor contábil do investimento (a)</b>	<b>8.634</b>	<b>(10.572)</b>	<b>(1.938)</b>
<b>Ágio (c)</b>	-	<b>50.370</b>	<b>50.370</b>
<b>Mais valia</b>	-	<b>11.616</b>	<b>11.616</b>
Quantidade de ações ordinárias	1.537.196	10.396.306	

(a) O montante de R\$10.572 relativo ao passivo a descoberto da O10 Participações S.A., está registrado na rubrica "Outras obrigações - Diversas"; e

(b) As receitas referem-se as receitas oriundas da operação deduzidas de suas despesas de vendas, acrescidas das receitas patrimoniais e financeiras.

31/12/2022

Descrição	Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A.		Total
	O10 Participações S.A.		
Ativo	19.175	42.356	
Passivo	13.907	81.987	
Patrimônio líquido	5.268	(39.631)	
Receita líquida (b)	53.704	2.028	
Lucro / (prejuízo) líquido do exercício	19.604	(34.811)	
Percentual de participação (%)	90%	25%	
<b>Valor contábil do investimento (a)</b>	<b>4.741</b>	<b>(9.906)</b>	<b>(5.165)</b>
<b>Ágio (c)</b>	-	<b>52.065</b>	<b>52.065</b>
<b>Mais valia</b>	-	<b>12.378</b>	<b>12.378</b>
Quantidade de ações ordinárias	1.537.196	10.396.306	

(a) O montante de R\$9.906 relativo ao passivo a descoberto da O10 Participações S.A., está registrado na rubrica "Outras obrigações - Diversas"; e

(b) As receitas referem-se as receitas oriundas da operação deduzidas de suas despesas de vendas, acrescidas das receitas patrimoniais e financeiras.

### (c) Ágio

Conforme exigido pela norma contábil vigente, anualmente a Companhia realiza teste do valor recuperável do ágio decorrente da expectativa de rentabilidade futura (goodwill) de seus ativos, através do modelo financeiro de fluxo de caixa livre para o acionista. As premissas sobre as quais a Companhia baseou suas projeções e exerceu seu julgamento, decorrem das projeções orçamentárias aprovadas por seu Conselho de Administração para o período de 5 anos, momento no qual se dará a estabilização dos fluxos financeiros em decorrência da maturação dos negócios. Tais projeções também levam em consideração o perfil regulatório dos ramos de negócio da Companhia. Os índices utilizados no modelo de projeções, bem como, as taxas de desconto e crescimento em perpetuidade foram

calculadas internamente, em conformidade com a mais recente avaliação do mercado em suas expectativas e tendências, elaborada por entidade independente e com as políticas de gestão de riscos da Companhia, como preconiza seu plano de negócios. A Administração da Companhia concluiu que não houve necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável para os ágios reconhecidos em 31/12/2022 e que não houve fatos relevantes que indicassem uma nova necessidade de cálculo no primeiro semestre de 2023.

## 9. Outras obrigações – obrigações fiscais correntes

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Provisão para imposto de renda e contribuição social	2.292	2.916
Impostos e contribuições a recolher	764	1.085
<b>Total</b>	<b>3.056</b>	<b>4.001</b>
<b>Circulante</b>	<b>3.056</b>	<b>4.001</b>

## 10. Outras obrigações – provisões

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Participações de funcionários e encargos sociais a pagar	4.057	4.143
Provisões para passivos de ações cíveis, trabalhistas e obrigações legais (nota 13.2)	2.872	2.775
Outras	616	628
<b>Total</b>	<b>7.545</b>	<b>7.546</b>
<b>Circulante</b>	<b>4.673</b>	<b>4.771</b>
<b>Não circulante</b>	<b>2.872</b>	<b>2.775</b>

## 11. Outras obrigações – diversas

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Passivo a Descoberto - Coligadas	10.572	9.908
Outras	351	447
<b>Total</b>	<b>10.923</b>	<b>10.355</b>
<b>Circulante</b>	<b>10.768</b>	<b>10.355</b>
<b>Não circulante</b>	<b>155</b>	<b>-</b>

## 12. Partes relacionadas

### 12.1. Transações

Descrição	Categoria	Controladora	Ativo		Passivo	
			30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Rio's Capitalização S.A. (a)	Ligada	Sul América Santa Cruz Participações S.A.	2	2	-	-
Sul América Companhia de Seguro Saúde (a) (c) (e) (f)	Controladora	Traditio Companhia de Seguros	231	384	735	3
Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A. (e)	Controlada	Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	18	-	-	-
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (a) (d) (e)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	189	240	-	7
Traditio Companhia de Seguros (a) (e)	Controladora indireta	Saepar Serviços e Participações S.A.	-	1	3	3
Sul América Seguradora de Saúde S.A. (a)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	10	-	-	-
Sul América Santa Cruz Participações S.A. (a)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	44	85	-	-
Sul América Serviços de Saúde S.A. (a) (b) (e)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	8	3	66	67
Sul América Odontológico S.A. (e)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	2	-	-
<b>Total</b>			<b>502</b>	<b>717</b>	<b>804</b>	<b>80</b>

Descrição	Categoria	Controladora	Receita		Despesa	
			30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022
Sul América S.A. (a) (i)	Controladora indireta	Sulasapar Participações S.A.	-	9	-	-
Rio's Capitalização S.A. (a)	Ligada	Sul América Santa Cruz Participações S.A.	11	17	-	-
Sul América Companhia de Seguro Saúde (a) (c) (f)	Controladora	Traditio Companhia de Seguros	1.552	1.955	(42)	(240)
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (a) (d)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	717	693	(51)	(39)
Traditio Companhia de Seguros (a)	Controladora indireta	Saepar Serviços e Participações S.A.	-	23	-	-
Sul América Seguradora de Saúde S.A. (a)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	85	-	-	-
Sul América Santa Cruz Participações S.A. (a)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	406	496	-	-
Sul América Serviços de Saúde S.A. (a) (b)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	44	-	(8)	(362)
Órama Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (g)	Coligada	Outros	119	89	-	(17)
Controladores, Pessoas Chave ou com Influência Significativa, seus respectivos familiares e suas respectivas empresas relacionadas (g) (h)	Outros	Outros	55	43	-	(45)
<b>Total</b>			<b>2.989</b>	<b>3.325</b>	<b>(101)</b>	<b>(703)</b>

- (a) Valor referente à taxa de administração e gestão que corresponde a 0,25% sobre o valor da carteira de ativos administrados, cuja liquidação é efetuada mensalmente;
- (b) Valor referente ao seguro saúde dos funcionários da Companhia;
- (c) Valor referente ao rateio de aluguel dos prédios da Nova Matriz e Pinheiros entre companhias do Grupo;
- (d) Valor referente ao seguro de vida grupal e do plano de previdência complementar oferecido a todos os colaboradores;
- (e) Valor referente à conta corrente, rateio e reembolso de despesas relativas à utilização de sistemas operacionais e estrutura administrativa entre empresas do grupo;
- (f) Valor referente ao seguro odontológico dos funcionários da Companhia;
- (g) Valores referente à prestação de serviços;
- (h) Valor da taxa de gestão e administração, recebida pela SAMI, de fundos exclusivos em que o pessoal-chave é cotista; e
- (i) Incorporada pela Rede D'Or conforme a operação de combinação de negócios ocorrida em dezembro de 2022 entre as duas companhias.

Até 30/06/2023, a Companhia não pagou dividendos à controladora CIA. SAÚDE (R\$15.750 em 31/12/2022). Adicionalmente, a Companhia recebeu dividendos no montante de R\$2.486 (R\$31.689 em 31/12/2022) da companhia SAGA.

## 12.2. Remuneração da Administração

O pessoal-chave da administração inclui os membros do Conselho de Administração, Presidente, Vice-Presidentes e Diretores Estatutários. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

	Benefícios de curto prazo a administradores	Benefícios pós-emprego	Incentivo de ações(a)	Total
<b>Contas a pagar</b>				
30/06/2023	965	-	-	965
31/12/2022	1.929	-	-	1.929
<b>Despesas</b>				
30/06/2023	(3.679)	(69)	-	(3.748)
30/06/2022	(1.699)	(66)	(353)	(2.118)

(a) Em 23/12/22, o plano foi encerrado em função da conclusão da combinação de negócios entre a SASA e a Rede D'Or.

## 13. Depósitos judiciais e provisões para ações judiciais

### 13.1. Depósitos judiciais

Os saldos dos depósitos judiciais estão contemplados na rubrica “Outros créditos – depósitos judiciais” no ativo realizável a longo prazo e são compostos conforme demonstrado a seguir:

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
<b>Tributárias:</b>		
COFINS	5.812	5.643
PIS	1.021	992
Imposto de renda	80	77
Outros	187	183
<b>Trabalhistas e cíveis:</b>		
Ações trabalhistas	40	38
<b>Total</b>	<b>7.140</b>	<b>6.933</b>
<b>Não circulante</b>	<b>7.140</b>	<b>6.933</b>

### 13.2. Movimentações das provisões para ações judiciais

Os saldos das provisões para passivos de ações cíveis, trabalhistas e obrigações legais estão contemplados na rubrica “Outras obrigações – provisões” (vide nota 10).

A movimentação das ações judiciais da Companhia está demonstrada a seguir:

Descrição	Saldos em 01/01/2022	Adições	Atualização monetária	Pagamentos / baixas	Saldos em 31/12/2022
<b>Tributárias:</b>					
PIS	329	-	16	-	345
COFINS	1.595	-	76	-	1.671
Honorários	943	19	65	(268)	759
<b>Subtotal</b>	<b>2.867</b>	<b>19</b>	<b>157</b>	<b>(268)</b>	<b>2.775</b>
<b>Total</b>	<b>2.867</b>	<b>19</b>	<b>157</b>	<b>(268)</b>	<b>2.775</b>
<b>Não circulante</b>					<b>2.775</b>

Descrição	Saldos em 01/01/2023	Adições	Atualização monetária	Pagamentos / baixas	Saldos em 30/06/2023
<b>Tributárias:</b>					
PIS	345	-	8	-	353
COFINS	1.671	-	43	-	1.714
Honorários	759	4	42	-	805
<b>Subtotal</b>	<b>2.775</b>	<b>4</b>	<b>93</b>	<b>-</b>	<b>2.872</b>
<b>Total</b>	<b>2.775</b>	<b>4</b>	<b>93</b>	<b>-</b>	<b>2.872</b>
<b>Não circulante</b>					<b>2.872</b>

### 13.3. Obrigações fiscais

#### COFINS / PIS

A Companhia questiona judicialmente a legalidade da contribuição da COFINS e do PIS nos moldes previstos na Lei nº 9.718/1998, que determina a apuração das bases de cálculo mediante o cômputo da totalidade das suas receitas, entendendo como devido o produto das vendas de mercadorias e/ou serviços, requerendo sob a forma de compensação ou restituição, os créditos correspondentes aos valores pagos a esse título. Com a promulgação da Lei nº 11.941/2009, que revogou a ampliação da base de cálculo sobre outras receitas, passou, a partir da competência de 06/2009, a recolher as contribuições somente sobre a receita de sua atividade principal. Os advogados que patrocinam as causas reputam como provável a perda da demanda com base na receita da atividade principal e possível a perda da demanda referente à ampliação da base de cálculo (outras receitas), que não está provisionado por não se tratar de uma obrigação legal. Os valores relativos ao PIS e COFINS sobre a receita da atividade estão integralmente provisionados.

#### 13.4. Contingências

Em 30/06/2023, o valor total em discussão dos processos fiscais cuja probabilidade de perda é classificada como possível pelos advogados que patrocinam as causas e pela Administração é de R\$27.266 (R\$25.963 em 31/12/2022), composto principalmente por auto de infração lavrado contra a Companhia, em que se questiona a dedutibilidade da amortização de ágio oriundo de incorporação da Sul América Investimentos S.A., nos anos calendários 2008 a 2010 e PIS e COFINS incidentes sobre a Receita Financeira.

Em 30/06/2023, o valor total em discussão dos processos judiciais trabalhistas, cuja probabilidade de perda é classificada como "possível" e que não são provisionados conforme orientação normativa é de R\$2.323 (R\$2.234 em 31/12/2022).

## 14. Patrimônio líquido

### 14.1. Capital social

O capital social da Companhia, em 30/06/2023 e 31/12/2022, é de R\$137.875, dividido em 46.249.559 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e totalmente integralizado, conforme aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24/07/2019. São assegurados aos acionistas dividendos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em consonância com a legislação em vigor.

### 14.2. Reservas de lucros

O total das reservas de lucros da Companhia, em 30/06/2023, é de R\$11.322 (R\$10.934 em 31/12/2022), composto, basicamente, por reserva estatutária e pela constituição da reserva legal, que é calculada com base no lucro líquido apurado em cada balanço, sendo destinados 5% para a constituição da reserva legal, até que alcance 20% do capital social.

### 14.3. Distribuição de dividendos

Os acionistas da Companhia aprovaram, em Assembleia Geral Ordinária realizada em 29/04/2022, R\$1.073 para distribuição do dividendo obrigatório, correspondente a 25% do lucro líquido anual ajustado e R\$3.220 para distribuição de dividendo complementar, aos quais foram imputados parte dos dividendos intermediários declarados e pagos em 25/10/2021, conforme rerratificado em 29/12/2021, não tendo havido, desta forma, saldo de dividendo a ser pago à acionista.

Em 27/05/2022, foi aprovada pelo Conselho de Administração a distribuição de dividendos intermediários, no montante de R\$6.750, com base no saldo das reservas de lucro da Companhia, existentes em 31/12/2021, à razão de R\$0,15 (em reais) por ação, pagos em 27/05/2022. O dividendo intermediário declarado poderá ser imputado, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária, aos dividendos mínimos obrigatórios devidos aos acionistas da Companhia relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2022.

Em 24/10/2022, foi aprovada pelo Conselho de Administração a distribuição de dividendos intercalares, no montante de R\$9.000, com base no lucro apurado no balanço patrimonial de 30/09/2022, à razão de R\$0,19 (em reais) por ação, pagos em 25/10/2022. O dividendo intercalar declarado poderá ser imputado, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária, aos dividendos mínimos obrigatórios devidos aos acionistas da Companhia relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2022.

Os acionistas da Companhia aprovaram, em Assembleia Geral Ordinária realizada em 28/04/2023, R\$2.930 para distribuição do dividendo obrigatório, correspondente a 25% do lucro líquido anual ajustado e R\$8.790 para distribuição de dividendo complementar, aos quais foram imputados o dividendo intercalar declarado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 24/10/2022 e parte do dividendo intermediário declarado pelo Conselho de Administração em 27/05/2022, não tendo havido, desta forma, saldo de dividendo a ser pago à acionista.

## 15. Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

O resultado de operações com títulos e valores mobiliários é composto basicamente por rendimentos de cotas de fundos de investimentos.

## 16. Receita de prestação de serviço

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Administração de fundos de investimento	15.316	14.021
Administração de carteiras de títulos e valores mobiliários	2.871	3.463
Taxas de performance	476	1.475
<b>Total</b>	<b>18.663</b>	<b>18.959</b>

## 17. Despesa de pessoal

Em 30/06/2023 e 30/06/2022, no item pessoal próprio, estão incluídas as remunerações, os encargos e os benefícios a administradores.

## 18. Outras despesas administrativas

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Processamento de dados	(1.214)	(1.015)
Repasse de comissão	(637)	(1.013)
Serviços de custódia	(1.566)	(1.591)
Propaganda e publicidade	(302)	(259)
Serviço técnico especializado	(563)	(471)
Aluguéis	(189)	(231)
Transporte	(208)	(284)
Material e manutenção de bens	(29)	(15)
Depreciações e amortizações (a)	(2.556)	(2.555)
Outras despesas	(244)	(776)
<b>Total</b>	<b>(7.508)</b>	<b>(8.210)</b>

(a) Desse valor, R\$2.457 é referente a amortização do ágio e da mais valia dos ativos registrados a valor justo da O10 por meio de combinação de negócios.

## 19. Outras receitas operacionais

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Atualização monetária de depósitos judiciais	216	196
Outros	3	65
<b>Total</b>	<b>219</b>	<b>261</b>

## 20. Outras despesas operacionais

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Juros e multa de mora dedutível	(1)	(8)
Juros e multa de mora indedutível	(100)	(41)
Outros	-	(238)
<b>Total</b>	<b>(101)</b>	<b>(287)</b>

## 21. Reconciliação de imposto de renda e contribuição social

Descrição	30/06/2023		30/06/2022	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
<b>Lucro líquido antes da provisão para imposto de renda e de contribuição social</b>	<b>12.214</b>	<b>12.214</b>	<b>9.576</b>	<b>9.576</b>
Despesas de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(3.054)	(1.832)	(2.394)	(1.437)
<b>Alíquota nominal</b>	<b>25%</b>	<b>15%</b>	<b>25%</b>	<b>15%</b>
<b>Correntes:</b>				
<b>Adições:</b>				
Provisões para ações judiciais e obrigações fiscais	(24)	(15)	(17)	(10)
Provisões indedutíveis	(15)	(9)	-	-
Despesas não dedutíveis	(22)	(13)	(25)	(15)
Amortização de ágio	(614)	(369)	(614)	(369)
<b>Subtotal</b>	<b>(675)</b>	<b>(406)</b>	<b>(656)</b>	<b>(394)</b>
<b>Exclusões:</b>				
Resultado positivo de equivalência patrimonial	1.429	857	1.017	610
Reversão de provisões não dedutíveis	-	-	596	358
Atualização de depósitos judiciais	51	31	41	25
Reversão da provisão sobre participação nos lucros	35	22	91	55
Benefício fiscal - Inovação tecnológica	-	-	5	3
Outras	61	21	431	271
<b>Subtotal</b>	<b>1.576</b>	<b>931</b>	<b>2.181</b>	<b>1.322</b>
<b>Prejuízo fiscal e base negativa:</b>				
Compensações	-	-	198	107
<b>Redução de incentivos fiscais</b>	<b>53</b>	<b>-</b>	<b>35</b>	<b>-</b>
<b>Despesas com imposto de renda e contribuição social corrente</b>	<b>(2.100)</b>	<b>(1.307)</b>	<b>(636)</b>	<b>(402)</b>
<b>Diferidos:</b>				
Constituição/ (Reversão) de créditos tributários sobre diferenças temporárias	406	244	(1.230)	(738)
Débitos tributários sobre atualizações de depósitos judiciais	(51)	(31)	(41)	(25)
<b>Despesas/(receitas) com imposto de renda e contribuição social diferido</b>	<b>355</b>	<b>213</b>	<b>(1.271)</b>	<b>(763)</b>
<b>Despesas com imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(1.745)</b>	<b>(1.094)</b>	<b>(1.907)</b>	<b>(1.165)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>14,29%</b>	<b>8,96%</b>	<b>19,91%</b>	<b>12,17%</b>
<b>Alíquota efetiva combinada</b>	<b>-</b>	<b>23,25%</b>	<b>-</b>	<b>32,08%</b>

## 22. Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes alocados diretamente no patrimônio líquido

Descrição	30/06/2022	
	Ativos financeiros disponíveis para venda	Total
<b>Base de cálculo</b>	<b>365</b>	<b>365</b>
Imposto de renda	(91)	(91)
Contribuição social	(55)	(55)
<b>Total</b>	<b>(146)</b>	<b>(146)</b>
<b>Líquido</b>	<b>219</b>	<b>219</b>

## 23. Administração de fundos de investimentos e carteiras administradas

Os patrimônios líquidos, em 30/06/2023, dos fundos de investimento e carteiras administradas pela Companhia somados àqueles geridos pela sua controlada SAGA totalizavam R\$59.528.737 (R\$54.695.539 em 31/12/2022), sendo R\$19.972.935 (R\$18.606.291 em 31/12/2022) provenientes da Rede D'Or e suas controladas, e R\$39.555.801 (R\$36.089.248 em 31/12/2022) provenientes de clientes institucionais (fundos de pensão, seguradoras e empresas), distribuidores externos e clientes pessoa física.

**Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

**CNPJ: 32.206.435/0001-83**

<b>SAMI DTVM</b>		
<b>Diretoria</b>	Marcelo Pimentel Mello	Diretor Presidente
	Leonardo Fraga Pacheco	Diretor Vice-Presidente
	Everton Marcelo Marrão Alves	Diretor de Riscos e Compliance
	Glaucia Maria Ribeiro de Carvalho	Diretora
	Gustavo Kohn Giometti	Diretor
	Maria Augusta Crespo Mosca Tomita	Diretora
	Jonas Berbert Pulcheri	Diretor
	Otávio de Garcia Lazcano	Diretor
	Rafael Pinto Fróes	Diretor
<b>Contadora</b>	Flavia Vieira Pereira	CRC RJ-094.933/O-3

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

À  
Diretoria e Conselho de Administração da  
**Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 30 de junho de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias e o relatório do auditor**

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras intermediárias**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de agosto de 2023.

Ernst & Young  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC SP-015199/F



Marcelo Felipe L. de Sá  
Sócio  
Contador CRC RJ-094644/O